

## Magalhães e o vazio no planejamento do Paraná

Por Gilmar Mendes Lourenço 04/07/2010 às 21:02

*O professor Magalhães constitui a principal referência para duas gerações de economistas paranaenses. Isso porque cumpriu papel primordial na concepção e execução de um programa de transformações estruturais da economia do estado*

O falecimento do professor Francisco Magalhães, em 30 de junho de 2010, deixa um enorme vácuo no pensamento e no planejamento econômico do Paraná. Paradoxalmente, a morte de Magalhães acontece em um momento de necessidade premente de montagem de um novo projeto de desenvolvimento para o estado, depois da exclusão social provocada pelo autoritarismo militar, notadamente na década de 1970 e começo da de 1980, do desmonte neoliberal dos anos 1990, e da malsucedida incursão populista do decênio atual.

Magalhães representou com magistral competência e ética a categoria dos economistas, em diferentes instâncias, sendo presidente do Conselho Regional de Economia do Paraná (Corecon/PR), no ano de 1986, e do Conselho Federal de Economia (Cofecon), em 1997. Sua atuação foi crucial para a identificação dos desafios a serem enfrentados para a estruturação do futuro do Paraná, notabilizada na criação do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Iparades), em 1973, do qual foi o 1.º diretor-presidente, e no trabalho executado como secretário de Planejamento do governo, no transcorrer dos anos 1980.

Na verdade, o professor Magalhães constitui a principal referência para duas gerações de economistas paranaenses. Isso porque cumpriu papel primordial na concepção e execução de um programa de transformações estruturais da economia do estado, discutido e formulado no âmbito da Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (Pladep), na segunda metade da década de 1950.

O Pladep produziu um consistente diagnóstico socioeconômico do Paraná e propôs a execução de um conjunto de ações capazes de promover a integração do território estadual, com ele mesmo, com o resto do país e com o exterior; e a criação de infraestrutura e retaguarda financeira suficientes para induzir a industrialização. No fundo, o que se tencionava era a transformação de uma grande "fazenda de café", e de um "conjunto de serrarias", em uma economia industrial.

Com isso, o estado conseguiria estabelecer, ainda que com retardo de quase 10 anos em relação ao eixo dinâmico do país, sediado em São Paulo, os nexos com o

# GAZETA DO POVO

choque industrial, infraestrutural e de integração nacional, promovido durante a proposta nacionalista de Getúlio Vargas, entre 1951 e 1954, e o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, implantado no intervalo 1956-1960.

Parcela expressiva das propostas do Pladep foram aplicadas pelos governos Nei Braga e Paulo Pimentel, na década de 1960, consubstanciadas na revolução infraestrutural, fundamental para o surto expansivo registrado pelo Paraná no fim dos anos 1960 e começo dos 1970, plenamente encaixado no chamado Milagre Econômico brasileiro. A oferta do aparato infraestrutural também interferiu decisivamente na atração de empreendimentos estratégicos para o estado, entre 1975 e 1980, na esteira da desconcentração industrial do país, embutida no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), implementado pelo governo Geisel.

Esse programa de desenvolvimento regional se esgotou com a crise do Estado brasileiro dos anos 1980, e com suas próprias restrições, carregadas de componentes que priorizavam o crescimento e o progresso industrial e negligenciavam a inclusão social, conforme os preceitos da industrialização substitutiva de importações.

A partir da década de 1990, o Paraná arranhou, de maneira improvisada, alguns eixos de transformação de sua matriz econômica, atrelados às mudanças no marco institucional do país, capitaneadas pela inserção submissa à globalização produtiva e financeira, que preconizava a implantação da abertura comercial, a intensificação das privatizações, a desregulamentação dos mercados e a estabilização monetária.

No entanto, os resquícios da falência do paradigma anterior e a deterioração combinada das finanças públicas e da capacidade competitiva da infraestrutura, ao lado da lenta recuperação dos indicadores sociais, requer a discussão e construção de novas normas para o desenvolvimento do estado, adaptadas às contemporâneas peculiaridades dos interesses dos atores sociais. Por certo, tal debate impõe o exame das ideias do professor Magalhães.

*Gilmar Mendes Lourenço, economista, é coordenador do Curso de Economia da FAE, conselheiro do Corecon/PR e autor do livro Conjuntura Econômica: Modelo de Compreensão para Executivos.*